DF não pode cobrir os gastos

MARCO TÚLIO ALENCAR

O Distrito Federal não tem instrumentos para ampliar a sua base econômica a ponto de financiar os serviços de educação, saúde e segurança pública — custeados pela União — e os outros serviços urbanos. A área econômica do Governo do Distrito Federal afirmou ontem que não existe, nem em projeto, uma maneira de expandir esta base.

As transferências da União para o Distrito Federal — somente para as três áreas citadas acima — somarão este ano, de acordo com o Orçamento, Cr$ 1,872 trilhão e junto com as transferências compulsórias representam dois terços das despesas previstas. "O Distrito Federal teria que dobrar a base econômica para fazer face às despesas. Seria necessária uma taxa de crescimento comparável à do crescimento das colônias de bactérias", disse o secretário da Fazenda e Planejamento, Everardo Maciel.

Fundo — Para evitar as ameaças de corte, Maciel está sugerindo a criação de um Fundo de Participação do Distrito Federal que seria criado a partir do seguinte conceito: transformar as transferências voluntárias em transferências compulsórias. Atualmente, o Distrito Federal é o que menos recebe das transferências compulsórias — do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios — entre os estados brasileiros. "Quem norteia o rateio dessas transferências é a área, população e o inverso da renda per capita, e o Distrito Federal perde nos três", observou Maciel.

Arquivo

Maciel: receita é insuficiente

"Se desaparecerem estas transferências, da forma como está sendo proposta, o Distrito Federal entra em colapso. É preciso lembrar que Brasília abriga os três poderes, as representações estrangeiras, e o GDF se obriga a prestar serviço aos órgãos aqui instalados", afirmou o secretário. Outro aspecto observado é que Brasília foi concebida como cidade administrativa e por uma decisão nacional.